

Avaliação de Conjuntura

AGNU de 25/10/2023 a 03/11/2023

A democracia representativa existente nos países ocidentais implica avanços e retrocessos em cada setor, a depender da administração eleita para determinado período. No Brasil, no governo anterior tanto por posições político ideológicas, quanto por situações adversas, como pandemia e baixo crescimento da economia, os servidores públicos tiveram perdas salariais significativas que precisam ser recuperadas, a fim de estancar a corrosão do poder aquisitivo.

O Governo atual chegou com uma nova posição sobre a manutenção do poder de compra dos servidores públicos, mas a perda a ser recuperada não é pequena. Nos quatro anos do governo anterior a inflação medida pelo IPCA/IBGE foi de 27,6%, nesse período não houve nenhum reajuste para a ampla maioria dos servidores do poder Executivo Federal.

Além disso, a conta tem que incluir também as perdas salariais acumuladas nos governos anteriores, que somadas às perdas mais recentes se transformam na prática em uma redução significativa do salário dos servidores públicos federais, na última década.

O próprio Governo, reconhecendo a enorme defasagem, negociou 9% de reajuste no primeiro semestre, com a promessa de criar uma Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), para negociação de pautas comuns ao conjunto todos os servidores federais e Mesas Setoriais, para tratar de questões específicas de cada cargo. Infelizmente após a instalação da Mesas de Negociação, não houve nenhum avanço nas conversas com servidores.

Em maio e junho aconteceram reuniões apenas para discussão do protocolo e das diretrizes de funcionamento da Mesa Nacional de Negociação Permanente. Em 11 de julho a pauta unificada da mesa é protocolada. A proposta contém o reajuste salarial, a equiparação de benefícios entre o poder executivo e os demais poderes, o “revogaço” das medidas que atacam os servidores e a instalação das mesas específicas para a reestruturação das carreiras.

Entre julho e setembro, aconteceram quatro reuniões da Mesa de Negociação, porém nenhum item da pauta de reivindicações foi atendido. Até hoje, o governo se recusa a revogar as medidas prejudiciais aos servidores federais criadas nas gestões anteriores. Além disso, o Governo não apresentou índice de reajuste salarial, informando apenas que há uma reserva técnica de R\$1,5 bilhão no orçamento de 2024, destinado ao reajuste geral. Tal valor seria suficiente para um reajuste geral inferior a 1%.

Das mais de 80 mesas específicas solicitadas pelas diversas categorias de servidores federais, apenas cinco foram instaladas até o dia 15 de setembro. Já são cinco meses em busca

de diálogo com o governo federal e houve apenas discussões sobre o próprio protocolo da negociação e sobre o funcionamento das reuniões, sem entrar realmente nas pautas dos servidores propriamente ditas. Também é importante ressaltar que, mesmo nos casos em que não há nenhuma dependência de orçamento e nas pautas que não implicam gastos, não houve nenhum tipo de avanço.

Como agravante da situação aqui exposta, cabe assinalar que os direitos dos servidores públicos, bem como a condizente dignidade laboral na prestação de serviços públicos da mais alta relevância social, continuam terrivelmente ameaçados tanto por iniciativas de membros do Poder Legislativo que buscam viabilizar a votação da PEC nº 32/2020, quanto pela atuação do próprio governo, o qual, através do Ministério da Gestão e Inovação, instalou a “Câmara Técnica de Transformação do Estado” em 16 de outubro de 2023

A DEN do Sindireceita acredita que não há como avançar na garantia de direitos, sem fortalecer as mobilizações e pressionar o governo. Por isso seguimos fortalecendo o diálogo com as categorias do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), que organizou no último dia 7 de outubro uma plenária nacional. O encontro foi feito em conjunto com o Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e Centrais Sindicais.

O evento contou com a participação de diversas entidades de base e teve como pauta a avaliação das últimas mobilizações e a organização das próximas iniciativas de luta dos servidores públicos por melhores condições de trabalho e em defesa dos serviços públicos.

A necessidade de recrudescer a luta, diante da falta de celeridade e seriedade na condução da MNNP, por parte do governo, ficou evidente em diversas falas dos representantes sindicais. A partir da avaliação do cenário político e do debate acumulado, a Plenária Unificada indica:

- 07/11 - Plenária Nacional Unificada dos Servidores Públicos, presencial;
- 08/11 - Mobilização dos Servidores Públicos Federais em Brasília e nos estados: “Governo, queremos respostas às nossas reivindicações!”

O Fonasefe, enquanto Fórum que agrega diversas entidades não tem poder de deliberação sobre as adesões aos atos propostos na plenária, devendo cada categoria debater a adesão com sua base. Nesse sentido a DEN do Sindireceita indica a necessidade de fortalecer as mobilizações no dia 8 de novembro e construir mobilizações em todo o país para cobrar o atendimento às nossas reivindicações.

As reivindicações propostas para o dia 8 de novembro de 2023 são:

1. Recomposição Salarial das perdas acumuladas a partir de julho de 2010;
2. Equiparação entre os benefícios dos servidores do Executivo com os dos demais poderes;
3. Instalação em caráter de urgência das mesas setoriais;
4. Revogação Já! Revogação de todas as medidas provisórias, portarias e decretos que atacaram os servidores e o serviço público no último período; e
5. Arquivamento definitivo da PEC N° 32/2020 e fim de outras medidas supressivas de direitos dos servidores, apresentadas como reforma administrativa

Além de propor a aprovação das mobilizações, a DEN propõe a renovação do Estado Permanente de AGNU, tanto para as questões referentes às negociações salariais, quanto para as eventuais necessidades nas demais urgências que ainda rondam o cargo de Analista-Tributário.